MOZ-CAR— PARTE 92**Transporte de Mercadorias Perigosas****92.00.1 Aplicabilidade**

- (1) Esta parte é aplicável a:
- (a) qualquer aeronave para transporte de mercadorias perigosas;
 - (b) qualquer pessoa que entrega mercadorias perigosas para transporte por via aérea; transporta mercadorias perigosas por via aérea, ou
 - i. aceita mercadorias perigosas transportadas por via aérea, e
 - ii. qualquer passageiro ou membro do pessoal navegante a bordo ou por embarcar na aeronave.
- (2) Esta parte não se aplica em relação a:
- (a) aeronaves militares;
 - (b) ao pessoal militar que exerce funções oficiais a bordo de um avião militar;
 - (c) as mercadorias perigosas transportadas numa aeronave quando esses produtos se destinam a:
 - i. fornecer assistência médica a um paciente durante um voo;
 - ii. prestar ajuda veterinária ou uma morte humana a um animal durante um voo;
 - iii. pulverização, uso em pó ou em gotas na agricultura, horticultura, silvicultura ou operações de controlo de poluição, ou
 - iv. para fins de jogo e manejo de animais durante um voo;
 - (d) artigos e substâncias que, de outra forma constituam mercadorias perigosas, mas que sejam obrigados a estar a bordo da aeronave, em conformidade com os requisitos de aeronavegabilidade apropriada e as disposições do manual de operações em causa: Desde que os artigos e substâncias destinados a substituir artigos tais e substâncias, devem ser encaminhados de acordo com os requisitos e normas prescritos nas Instruções Técnicas para o Transporte Seguro de Mercadorias Perigosas por Via Aérea (Doc 9284);
 - (e) os artigos e substâncias que de outra forma constituem mercadorias perigosas, mas que estejam a bordo da aeronave para fins especializados como se acham prescritos nas Instruções Técnicas para o Transporte Seguro de Mercadorias Perigosas por Via Aérea (Doc 9284) e
 - (f) os artigos e substâncias para uso pessoal de passageiros e pessoal navegante, na medida do prescrito nas Instruções Técnicas da ICAO para o Transporte Seguro de Mercadorias Perigosas por Via Aérea (Doc 9284).

92.00.2 Transporte de mercadorias perigosas proibidas

- (1) Nenhuma pessoa deve entregar para o transporte numa aeronave, transportar numa aeronave ou aceitar para transportar em aeronaves - mercadorias perigosas especificamente identificadas por nome ou descrição genérica nas Instruções Técnicas para o Transporte Seguro de Mercadorias Perigosas por Via Aérea (Doc 9284) como sendo proibido o transporte por via aérea em qualquer circunstância;
- a) quaisquer outros bens perigosos, a menos que seja em conformidade com as disposições da presente Parte e os requisitos e standards como prescritos nas Instruções Técnicas para o Transporte Seguro de Mercadorias

- Perigosas por Via Aérea (Doc 9284); e
- b) animais vivos infectados.

92.00.3 Isenção

- (1) O Director -Geral pode, a pedido, por escrito, de qualquer das pessoas referidas na secção 92.00.1 (1) (b), isentar essa pessoa do disposto na regra 92.00.2 (b), no caso de:
- a) extrema urgência;
 - b) outras formas de transporte forem inadequadas, ou
 - c) cumprimento integral das disposições desta Parte ser contrário à segurança da aviação.
- (2) O Director-Geral pode conceder uma isenção referida no sub regulamento (1), nas condições e pelo período que determinar, mas somente após o requerente ter efetuado todos os esforços para alcançar o nível geral de segurança exigido por essa Parte e Instruções Técnicas para o Transporte Seguro de Mercadorias Perigosas por Via Aérea (Doc 9284).

92.00.4 Classificação, divisão e listagem de mercadorias perigosas

As classes, divisões e listagem de mercadorias perigosas devem observar o prescrito nas Instruções Técnicas para o Transporte Seguro de Mercadorias Perigosas por Via Aérea (Doc 9284).

92.00.5 Nomeação dos inspectores de mercadorias perigosas

- (1) O Director-Geral pode designar fiscais de mercadorias perigosas para exercer os poderes referidos na secção 92.00.6.
- (2) As condições e requisitos e regras, procedimentos e standards relacionados com uma designação referida no sub regulamento (1), devem observar o prescrito nas Instruções Técnicas para o Transporte Seguro de Mercadorias Perigosas por Via Aérea (Doc 9284).
- (3) O Director-Geral deve assinar e emitir para cada inspector produtos designados perigoso um documento que indica o nome completo do referido inspector e contenham uma declaração indicando que:
- a) Tal inspector tenha sido designado nos termos do sub-regulamento (1), e
 - b) Tal inspector está autorizado a exercer os poderes referidos na secção 92.00.6.

92.00.6 Poderes dos inspectores de mercadorias perigosas

- (1) Um inspector designado mercadorias perigosas pode:
- a) entrar e inspeccionar qualquer:
 - i. aeródromo ou hangar;
 - ii. locais onde os bens destinados para o transporte por via aérea são feitos, produzidos ou manufacturados, ou mercadorias ou bagagem destinadas ao transporte por via aérea são embalados, armazenados ou recebidos, ou mercadorias ou bagagem são recebidos depois de serem transportado por via aérea, e
 - iii. dispositivo de carga da aeronave, veículo contentor de carga, ou a unidade utilizada para o transporte de mercadorias perigosas, a fim de garantir que as disposições da presente Parte e os requisitos e standards prescritos nas Instruções Técnicas para o Transporte Seguro de Mercadorias Perigosas por Via Aérea (Doc 9284), sejam respeitados, e
 - b) pedido de qualquer pessoa para produzir ou fornecer-lhe todos os documentos e informações relativas às

mercadorias perigosas ou bagagem na medida em que isso pode ser necessário para a correcta execução das suas funções.

(2) Um inspector de mercadorias perigosas designado que com fundamentos razoáveis suspeita que qualquer bagagem, remessa contentor de carga, ou dispositivo de unidade de carga contém mercadorias que não podem, em termos das disposições da presente parte e os requisitos e normas prescritos nas Instruções Técnicas para o Transporte Seguro de Mercadorias Perigosas por Via Aérea (Doc 9284), ser transportados por via aérea, ou bens que constituam um perigo ou potencial perigo para as pessoas, aeronaves ou qualquer outra propriedade, pode examinar essa bagagem, consignação, contentor ou dispositivo de unidade de carga e, se ele ou ela considerar necessário no interesse da segurança da aviação, ordenar que tais bens sejam retidos e não serem transportados numa aeronave.

(3) Um inspector de mercadorias perigosas designado pode a qualquer momento:

a) examinar:

- i. qualquer bagagem, remessa, contentor ou unidade de carga apresentada ou aceite para o transporte por via aérea;
 - ii. qualquer bagagem, remessa, contentor, ou unidade de dispositivo de carga recebida depois de ser transportada por via aérea, e
 - iii. qualquer pessoa que tenha desembarcado de uma aeronave ou que tenha a intenção de embarcar numa aeronave, ou a bagagem ou objectos pessoais de tal pessoa, a fim de verificar se as mercadorias perigosas foram ou estão a ser transportadas por via aérea, e uma busca a que se refere o parágrafo (iii) deve ser realizada com estrito respeito à decência e ordem e uma pessoa deve ser revistada apenas por uma pessoa do mesmo género;
 - i. Certificar-se que a massa, quantidade ou composição de qualquer; mercadorias ou bagagem entregues ou apresentados para o transporte de qualquer consignação;
 - ii. bagagem dos passageiros;
 - iii. contentor ou outro dispositivo de unidade de carga;
 - iv. lojas transportadas pelo proprietário de uma aeronave, ou o seu agente; e
 - v. mercadorias ou bagagem a bordo de uma aeronave, observar os requisitos e standards, conforme indicados nas Instruções Técnicas para o Transporte Seguro de Mercadorias Perigosas por Via Aérea (Doc 9284);
- b) Certificar-se que os requisitos e standards, conforme prescritos nas Instruções Técnicas para o Transporte Seguro de Mercadorias Perigosas por Via Aérea (Doc 9284) são cumpridos em relação à separação das classes de mercadorias perigosas em áreas de armazenamento, dispositivos unidades de carga, veículos e aeronaves;
- c) Exigir que a mercadoria seja retirada de uma aeronave, se os requisitos e normas referidos nos parágrafos (b) e (c) não forem cumpridos;
- d) exigir de qualquer pessoa a apresentação ou que providencie a apresentação para inspecção de qualquer documento relativo a um lote destinado a transporte por via aérea ou que tenha sido transportado por ar, ou qualquer outro documento especificado nas Instruções Técnicas para o Transporte Seguro de Mercadorias Perigosas por ar (Doc 9284); interrogar qualquer

pessoa que manipula mercadorias perigosas, a fim de verificar se essa pessoa está em conformidade com as disposições da presente Parte e os requisitos e normas prescritos nas Instruções Técnicas para o Transporte Seguro de Mercadorias Perigosas por Via Aérea (Doc 9284) relacionados com o tratamento de tais mercadorias perigosas, e

- e) interditar quaisquer mercadorias perigosas que, na sua opinião, não estejam em boas condições, ou o armazenamento ou uso de que ele ou ela considera ser perigoso e instruir que qualquer um desses bens perigoso seja destruído imediatamente, caso em que o proprietário de tais bens interditos, não terá nenhuma reclamação contra o inspector designado ou contra o Estado pela perda do mesmo e será responsável por quaisquer despesas incorridas.

92.00.7 Formação

(1) Qualquer:

- a) transportador de mercadorias perigosas, incluindo um empacotador e agente do empresa transportadora;
- b) do operador, ou
- c) pessoa:
 - i. que realiza o acto de aceitar, manuseio, carga, descarga, transferência ou outro tratamento de carga, em nome de um operador;
 - ii. localizados num aeródromo que realiza o acto de processamento de passageiros, em nome de um operador;
 - iii. não localizada num aeródromo, que executa o acto de *check-in* de passageiros em nome de um operador;
 - iv. não seja um operadora, envolvida no processamento de carga; ou
 - v. envolvida no controlo da segurança de passageiros e sua bagagem, assegurar que as seguintes categorias de pessoal ou que trabalhadores que emprega tenha formação inicial de mercadorias perigosas e cursos de reciclagem de mercadorias perigosas:
 - (aa) pessoal de carga;
 - (bb) pessoal envolvido no armazenamento de assistência em escala, e carregamento de mercadorias perigosas;
 - (cc) pessoal que manuseia os passageiros;
 - (dd) pessoal de segurança que lida com a triagem de passageiros e respectiva bagagem;
 - (ee) tripulantes de voo;
 - (ff) embaladores;
 - (gg) Empresa transportadora; e
 - (hh) agentes da empresa transportadora.

(2) Formação como exigida por esta Parte só deve ser dada por uma organização de formação sobre mercadorias perigosas, aprovada pelo director-geral nos termos da parte 141.

(3) O curso de formação inicial sobre mercadorias perigosas e o curso de reciclagem sobre produtos perigosos devem ser realizados em conformidade com o Programa de Formação sobre Mercadorias Perigosas prescrito pela ICAO, Doc 9375-AN913, Livros 1, 2, 3 e 4, e estão sujeitas à aprovação Director-Geral.

(4) Qualquer pessoa, trabalhador ou agência, conforme previsto na sub regra (1) deve ser submetida a uma formação de reciclagem sobre mercadorias perigosas em cada 24 meses, calculados a partir da data da conclusão da formação inicial de mercadorias perigosas ou os últimos cursos de reciclagem sobre mercadorias perigosas, conforme for o caso.

(5) Após a conclusão com êxito da formação inicial sobre mercadorias perigosas ou formação de reciclagem sobre mercadorias perigosas conforme previsto na regra sub (3), a organização de formação sobre mercadorias perigosas em causa emitirá ao candidato um certificado sobre o manuseamento de mercadorias perigosas a ser transportadas por via aérea.

92.00.8 Validação de certificados estrangeiros

(1) O Director-Geral pode validar quaisquer certificados emitidos no estrangeiro, sobre a manipulação de mercadorias perigosas a serem transportadas por via aérea, caso o titular do certificado:

- (A) tenha obtido esse certificado a partir de uma organização estrangeira de formação aprovada, e
- (B) Tiver concluído com êxito a reciclagem de formação sobre mercadorias perigosas conforme previsto na secção 92.00.7 (3).

(2) As disposições da secção 92.00.7 (4) e (5) são aplicáveis com as alterações necessárias para o titular de um certificado referido no sub-regulamento (1).

92.00.9 Embalagens e acondicionamento

(1) O expedidor deve garantir que todas as mercadorias perigosas que o expedidor prepara ou ofertas para o transporte por via aérea, são embaladas em conformidade com as disposições da presente Parte e os requisitos e normas tal como prescritos nas Instruções Técnicas para o Transporte Seguro de Mercadorias Perigosas por ar (Doc 9284).

(2) A transportadora deve assegurar que qualquer embalagem utilizada para o transporte de mercadorias perigosas por via aérea deve:

- (A) cumprir materiais e especificações de construção, e ser testado inicialmente em conformidade com os requisitos e normas prescritas nas Instruções Técnicas para o Transporte Seguro de Mercadorias Perigosas por Via Aérea (Doc 9284) e
- (B) serem de boa qualidade e construídas e fechadas com segurança, de modo a evitar vazamentos causados por mudanças de temperatura, humidade, pressão ou vibração em condições normais de transporte por via aérea.

(3) A transportadora deve assegurar que a embalagem interna seja embalada, embrulhada e segura para evitar a sua quebra ou vazamento e para controlar seu movimento dentro da embalagem exterior nas condições normais de transporte por via aérea.

(4) A transportadora deve assegurar que as embalagens em contacto directo com produtos perigosos seja resistente contra qualquer substância química ou outra acção de tais bens e amortecimento, e que os materiais absorventes não vão reagir perigosamente com o conteúdo dos recipientes.

(5) A transportadora deve assegurar que as embalagens para as quais a retenção de um líquido é uma função básica, seja capaz de suportar, sem vazamento, a pressão como prescrita nas Instruções Técnicas para o Transporte Seguro de Mercadorias Perigosas por Via Aérea (Doc 9284).

(6) Nenhum recipiente utilizado para o transporte de mercadorias perigosas por via aérea deve ser re-utilizado pelo remetente até que o recipiente tenha sido inspeccionado pelo referido expedidor e ter se constatado que está isento de corrosão ou outros danos.

(7) Se um recipiente, utilizado para o transporte de mercadorias perigosas por via aérea, for re-utilizado pelo remetente, todas as medidas necessárias serão tomadas pelo remetente para evitar a contaminação de mercadorias perigosas subsequentes nele transportadas.

(8) Se, devido à natureza de seu conteúdo anterior, recipientes vazios não limpos poderem apresentar um risco, o remetente deve assegurar que os recipientes sejam bem fechados e tratados de acordo com o perigo que constituem.

(9) A transportadora deverá garantir que nenhuma quantidade prejudicial de qualquer substância perigosa adere ao exterior de um pacote.

92.00.10 Responsabilidade do expedidor

(1) O expedidor deve garantir que as mercadorias perigosas entregues para o transporte por via aérea, não sejam mercadorias perigosas identificadas como proibidas para o transporte por via aérea nos termos do regulamento 92.00.2 e sejam:

- (a) identificados, classificados, embalados, marcados e rotulados, e
- (b) acompanhados de um documento devidamente elaborado sobre o transporte de mercadorias perigosas, em conformidade com as disposições da presente Parte e os requisitos e standards prescritos nas Instruções Técnicas para o Transporte Seguro de Mercadorias Perigosas por Via Aérea (Doc 9284).

(2) A transportadora deve assegurar que qualquer pessoa por ela empregada ou qualquer pessoa empregada para agir em seu nome, quem está envolvida na preparação de uma remessa de mercadorias perigosas a ser transportada por via aérea, seja treinada de acordo com as disposições da regra 92.00.7.

92.00.11 Etiquetagem e marcação

(1) Qualquer pessoa que entrega qualquer pacote contendo mercadorias perigosas para o transporte por via aérea, deve garantir que a tal e embalagem entregue, seja identificada com rótulo adequado ou etiqueta, em conformidade com os requisitos e normas prescritas nas Instruções Técnicas para o Transporte Seguro de mercadorias perigosas por via aérea (Doc 9284).

(2) Qualquer pessoa que entrega qualquer embalagem contendo mercadorias perigosas para o transporte por via aérea, deve garantir que tal embalagem entregue, seja devidamente identificada com o nome do expedidor, número de expedição da UN, classe de risco, risco subsidiário, grupo de embalagem, instrução de embalagem e quaisquer referência de autorização do conteúdo de embalagem, em conformidade com os requisitos e normas prescritas nas Instruções Técnicas para o Transporte Seguro de Mercadorias Perigosas por Via Aérea (Doc 9284).

(3) Qualquer pessoa que oferece qualquer embalagem contendo mercadorias perigosas para o transporte por via aérea, deve assegurar que cada embalagem que fabricada de acordo com uma especificação de embalagem, conforme prescrito nas Instruções Técnicas para o Transporte Seguro de Mercadorias Perigosas por Via Aérea (Doc 9284), seja marcada com a especificação de embalagem adequada como prescritas nas Instruções Técnicas para o Transporte Seguro de Mercadorias Perigosas por Via Aérea (Doc 9284).

(4) As embalagens devem ser marcadas com uma especificação de embalagens, a menos que a marcação de embalagens, tais compatível com a especificação de embalagens apropriadas, conforme prescrito nas Instruções Técnicas para o Transporte Seguro de Mercadorias Perigosas por Via Aérea (Doc 9284).

92.00.12 Documento de transporte de mercadorias perigosas

(1) Qualquer pessoa que entrega mercadorias perigosas para o transporte por via aérea, deve, salvo disposição em contrário nas Instruções Técnicas para o Transporte Seguro de Mercadorias Perigosas por Via Aérea (Doc 9284), preencher e assinar e

entregar ao operador com um documento de transporte de mercadorias perigosas e outros documentos adequados prescritos nas Instruções Técnicas para o Transporte Seguro de Mercadorias Perigosas por Via Aérea (Doc 9284).

(2) Um documento de transporte de mercadorias perigosas deve conter as informações prescritas nas Instruções Técnicas para o Transporte Seguro de Mercadorias Perigosas por Via Aérea (Doc 9284), bem como uma declaração, assinada pela pessoa referida na sub regra (1), indicando que as mercadorias perigosas entregues para o transporte por via aérea:

- a) completa e rigorosamente descritos pelos seus próprios nomes de expedidor;
- b) identificados, classificados, embalados, marcados e rotulados em conformidade com as exigências e padrões, conforme prescritos nas Instruções Técnicas para o Transporte Seguro de Mercadorias Perigosas por Via Aérea (Doc 9284);
- c) condições adequadas para o transporte por via aérea, em conformidade com os requisitos e normas prescritos nas Instruções Técnicas para o Transporte Seguro de Mercadorias Perigosas por Via Aérea (Doc 9284) e
- d) As mercadorias não perigosas identificadas como proibidas para o transporte por via aérea nos termos do regulamento 92.00.2.

92.00.13 Procedimentos de aceitação

(1) O operador de uma aeronave em que mercadorias perigosas são transportadas, não deve aceitar tais mercadorias perigosas para o transporte por via aérea:

- a) a menos que as mercadorias perigosas sejam acompanhadas por um documento de transporte de mercadorias perigosas preenchido, excepto onde as Instruções Técnicas para o Transporte Seguro de Mercadorias Perigosas por Via Aérea (Doc 9284) prevêm que tal documento não é necessário, e
- b) até que esse operador tenha inspeccionado o exterior da embalagem, ou carga contendo mercadorias perigosas, em conformidade com os procedimentos indicados nas Instruções Técnicas para o Transporte Seguro de Mercadorias Perigosas por Via Aérea (Doc 9284).

(2) O operador conforme previsto na sub regra (1) deve produzir e utilizar uma lista de verificação de aceitação para assegurar que as disposições da sub regra (1) quanto à aceitação de mercadorias perigosas para o transporte por via aérea são respeitadas.

(3) A lista de verificação de aceitação referida no sub regulamento (2), deve cumprir com os requisitos prescritos nas Instruções Técnicas para o Transporte Seguro de Mercadorias Perigosas por Via Aérea (Doc 9284).

92.00.14 Informações a prestar

(1) O operador de uma aeronave em que as mercadorias perigosas estão a ser transportadas deve fornecer ao comandante, logo que possível, antes da partida da aeronave, informação por escrito, conforme prescrito nas Instruções Técnicas para o Transporte Seguro de mercadorias perigosas por via aérea (Doc 9284).

(2) O operador conforme o previsto na Sub regra (1), deve prestar informações aos membros do pessoal navegante técnico e trabalhadores em causa para que os referidos membros do pessoal navegante técnico e trabalhadores possam desempenhar as suas funções no que respeita ao transporte aéreo de mercadorias perigosas, e essa informação deve incluir informações, conforme prescrito nas Instruções Técnicas para o Transporte Seguro de Mercadorias Perigosas por Via Aérea (Doc 9284).

92.00.15 Inspeção de danos ou fugas por operador

1) O operador de uma aeronave em que as mercadorias perigosas estão a ser transportadas, deve inspeccionar o exterior de cada embalagem e sobreembalagem contendo mercadorias perigosas e cada contentor ou embalagem contendo materiais radioactivos para garantir que não haja danos ou vazamento de tais sobreembalagens, e contentor de carga, antes de carregar tais pacotes, sobreembalagem e contentor na aeronave ou em uma unidade de dispositivo de carga.

2) O operador conforme o previsto na sub regra (1) deve inspeccionar o dispositivo unitário de carga antes de carregar tal dispositivo na aeronave para garantir que não haja danos ou vazamento de qualquer material que contém.

3) Nenhum pacote danificado ou com vazamento, sobreembalagem contentor de carga, ou outro dispositivo de unidade de carga deve ser carregado em uma aeronave.

4) Se qualquer embalagem, sobre-embalagem, ou carga contendo mercadorias perigosas parece estar danificado ou com fuga depois de carregar a tal embalagem, sobreembalagem ou contentor de carga numa aeronave, o operador deve remover ou providenciar a remoção de tal volume, sobreembalagem ou contentor de carga da aeronave e assegurar que o que sobre do lote está numa condição adequada para o transporte por via aérea e que nenhuma outra embalagem, sobre-embalagem ou contentor está contaminada.

5) Cada pacote ou sobreembalagem contendo mercadorias perigosas, ou contentor de carga ou embalagem contendo materiais radioactivos, devem ser inspeccionados pelo operador para verificar sinais de danos ou fugas de tal embalagem, sobreembalagem ou contentor de carga da aeronave ou unidade de dispositivo de carga, e em caso de terem ocorrido danos ou vazamentos, a área onde tal embalagem, sobreembalagem, contentor ou unidade de dispositivo de carga foram arrumadas devem ser inspeccionados para detectar danos ou contaminação.

- a) Se uma embalagem, sobre embalagem ou contentor contendo materiais radioactivos estiverem danificados ou com vazamento, o operador ;tomar todas as precauções necessárias para restringir o acesso a tal embalagem, sobreembalagem ou contentor contendo materiais radioactivos, e
- b) designar uma pessoa qualificada para avaliar a extensão da contaminação e do nível de radiação.

6) Se for encontrada qualquer contaminação perigosa numa aeronave, como resultado de dano ou vazamento de uma embalagem ou sobreembalagem contendo mercadorias perigosas, o operador deve descontaminar o avião imediatamente.

7) O operador conforme previsto na sub regra (1) deve tirar a aeronave do serviço imediatamente quando essa aeronave estiver contaminada por material radioactivo e não deve retornar essa aeronave ao serviço até que o nível de radiação resultante da contaminação fixa em qualquer superfície acessível e a contaminação não fixa, seja inferior aos valores prescritos nas Instruções Técnicas para o Transporte Seguro de Mercadorias Perigosas por Via Aérea (Doc 9284).

8) Qualquer pessoa responsável pelo transporte e abertura de volumes contendo matérias infecciosas que se toma conhecimento de danos ou vazamento de tais embalagens, deve:

- a) evitar a manipulação dessas substâncias infecciosas, sempre que possível;
- b) inspeccionar embalagens adjacentes de contaminação;
- c) informar a autoridade de saúde pública ou autoridade veterinária desses danos ou fugas;

- d) fornecer à autoridade competente do país de trânsito informações a respeito de qualquer possível contaminação, e
- e) notificar o remetente ou o destinatário em conformidade.

92.00.16 Armazenamento e carregamento

O operador de uma aeronave em que mercadorias perigosas devem ser encaminhadas deve respeitar as disposições de armazenamento e carregamento da presente Parte e os requisitos e normas prescritos nas Instruções Técnicas para o Transporte Seguro de Mercadorias Perigosas por Via Aérea (Doc 9284).

92.00.17 Restrições de carga na cabine ou na cabine de Pilotagem

Salvo disposição em contrário nas Instruções Técnicas para o Transporte Seguro de Mercadorias Perigosas por Via Aérea (Doc 9284), as mercadorias perigosas não devem ser arrumadas na cabine da aeronave ocupada pelos passageiros ou na cabine de pilotagem de uma aeronave.

92.00.18 Separação e segregação

1) O operador de uma aeronave em que as mercadorias perigosas estão a ser transportadas deve garantir que as embalagens que contenham mercadorias perigosas que possam reagir perigosamente ao entrar em contacto uns com os outros, não sejam arrumadas numa aeronave ao lado uma da outra ou numa posição que permitiria a interacção entre elas em caso de vazamento.

2) O operador conforme previsto na sub regra (1) deve garantir que uma embalagem contendo veneno ou uma matéria infecciosa, seja acondicionada numa aeronave, em conformidade com os requisitos e normas como prescritos nas Instruções Técnicas para o Transporte Seguro de Mercadorias Perigosas por ar (Doc 9284).

3) O operador conforme previsto na sub regra (1) deve garantir que uma embalagem contendo materiais radioactivos, seja acondicionada numa aeronave de uma forma que separe a embalagem de pessoas, animais vivos e de filmes não revelados, de acordo com os requisitos e normas prescritos nas Instruções Técnicas para o Transporte Seguro de Mercadorias Perigosas por Via Aérea (Doc 9284).

92.00.19 Protecção contra de mercadorias perigosas

(1) O operador de uma aeronave em que as mercadorias perigosas estão a ser transportadas, deve, quando as mercadorias perigosas são carregadas na aeronave, proteger tais mercadorias perigosas de danificações, e deve assegurar tais mercadorias perigosas na aeronave de forma a evitar qualquer movimento durante o voo que poderia mudar a posição das embalagens.

(2) Ao assegurar os pacotes contendo materiais radioactivos, o operador deve certificar-se que a segurança é adequada a fim de que os requisitos relativos à separação de materiais radioactivos a que se refere o Regulamento 92.00.18 (3) sejam cumpridos.

92.00.20 Carregamento de aeronaves de carga

Salvo disposição em contrário nas Instruções Técnicas para o Transporte Seguro de Mercadorias Perigosas por Via Aérea (Doc 9284), uma embalagem ou sobreembalagem contendo mercadorias perigosas e tendo como rótulo “avião de carga apenas” devem ser carregados de uma forma que qualquer membro do pessoal navegante técnico ou outra pessoa autorizada pelo operador, possa ver, manusear e, onde tamanho e peso permitir, tal embalagem ou sobreembalagem sepadas de outras cargas em voo.

92.00.21 Acidente com carga perigosa e comunicação de incidentes

O operador de uma aeronave envolvida num acidente de mercadorias perigosas ou incidente de mercadorias perigosas dentro de Moçambique, no prazo de 48 horas após a ocorrência do acidente ou incidentes, notificar qualquer unidade de serviço de tráfego aéreo de tal acidente ou incidente, e de serviço de tráfego aéreo, tais unidades devem imediatamente após a recepção da notificação, notificar:

- a) O Director-Geral; e
- b) Se tal acidente ou incidente ocorre num aeródromo, o gestor do aeródromo.

(2) O operador de uma aeronave de Moçambique envolvida num acidente com carga perigosa ou incidente mercadorias perigosas fora de Moçambique, deverá, logo que possível, notificar:

- a) a autoridade competente do Estado ou território onde o acidente ou incidente ocorreu, directamente ou através de qualquer unidade de serviço de tráfego aéreo e
- b) o Director-Geral, de tal acidente ou incidentes.

(3) Qualquer notificação de um acidente de mercadorias perigosas ou incidente de carga perigosa conforme o previsto na sub regra (1) ou (2) deve conter os elementos prescritos nas Instruções Técnicas para o Transporte Seguro de Mercadorias Perigosas por Via Aérea (Doc 9284).

92.00.22 Acidente com carga perigosa e investigação de incidentes

Um investigador responsável designado pelo Director-Geral deve investigar todos os acidentes com mercadorias perigosas e incidentes com mercadorias perigosas dos quais o Director-Geral é notificado nos termos do regulamento 92.00.21 (1).

92.00.23 Acidente com mercadorias perigosas e informações sobre o incidente

No caso de uma remessa para a qual um documento de transporte de mercadorias perigosas é exigido nos termos da presente Parte, o operador deve assegurar que as informações conforme previstas nas Instruções Técnicas para o Transporte Seguro de Mercadorias Perigosas por Via Aérea (Doc 9284) esteja disponível em todas as vezes para uso numa resposta de emergência a acidentes de mercadorias perigosas ou incidentes com mercadorias perigosas.

92.00.24 Notificação de não declarado ou declaração incorrecta sobre mercadorias perigosas

(1) O operador de uma aeronave em que mercadorias perigosas são transportadas dentro ou fora de Moçambique deverá, no prazo de 48 horas após a descoberta de:

- a) quaisquer bens não declarados ou incorrectamente declarados bens perigosos, ou
- b) Mercadorias perigosas não permitidas nos termos do regulamento 92.00.26, a bordo da aeronave ou na bagagem de um passageiro ou membro do pessoal navegante Técnico, notificar o Director-Geral ou a autoridade competente do mesmo, conforme for o caso.

92.00.25 Retenção de documentos

(1) O operador de uma aeronave em que mercadorias perigosas são transportadas, deve assegurar que pelo menos uma cópia de todos os documentos relativos a um voo em que mercadorias perigosas são transportadas, incluindo o:

- a) documento de transporte de mercadorias perigosas;

- b) lista de verificação de aceitação, se o preenchimento da lista de verificação for necessário, e
- c) informações escritas fornecidas ao comandante nos termos do regulamento 92.00.14 (1), são retidas por um período de 90 dias, calculado a partir da data do referido voo.

92.00.26 As mercadorias perigosas transportadas por passageiros ou membros do pessoal navegante Técnico

Nenhum membro do pessoal navegante técnico ou passageiros deve transportar mercadorias perigosas como, ou, na bagagem de mão ou bagagem despachada, ou em sua pessoa, excepto em conformidade com os requisitos e normas, conforme prescritos pelo Director-Geral.

92.00.27 Informação aos passageiros

Qualquer operador deve assegurar que as informações sobre os tipos de bens que os passageiros estão proibidos de transportar a bordo de uma aeronave está disponível para passageiros e tais informações devem incluir:

- a) Informações aplicáveis que acompanham o bilhete de passagem, e
- b) Avisos visivelmente bem colocados:
 - i. em qualquer local de emissão de bilhetes e despacho de bagagem; e
 - ii. nas áreas de embarque para as aeronaves e áreas de recolha de bagagem.

MOZ-CAR PARTE 103 OPERAÇÃO DE ULTRALEVES

SUBPARTE 1 GERAL

103.01.1 Aplicação

- (1) Esta Parte aplicar-se-á a ultraleves e contém:
 - (a) em adição, as provisões do MOZ-CAR, Parte 91, as regras de operação e de voo relacionados com essas operações; e
 - (b) as excepções para a operação geral e regras de voo prescritas no MOZ-CAR, Parte 91.

103.01.2 Qualificações de Piloto

- (1) Só deve actuar como piloto comandante de um ultraleve, o piloto que:
 - (a) seja titular de uma licença de piloto de ultraleve válida e emitida nos termos do MOZ-CAR, Parte 61;
 - (b) seja titular de um certificado médico da classe 2 válido e emitido nos termos do MOZ-CAR, Parte 67;
 - (c) seja beneficiário dos direitos e deveres resultantes de uma licença de piloto de ultraleve;
 - (d) se ajuste aos requisitos de competência prescritos para o titular de uma licença de piloto de ultraleves; e
 - (e) seja um bom membro da organização de recreação da aviação aprovada pelo(a) Director(a)-Geral.

SUBPARTE 2 REGRAS DE OPERAÇÕES

103.02.1 Aeronavegabilidade

- (1) Não é permitido operar um ultraleve a menos que para esse ultraleve:
 - (a) haja sido emitida uma autorização especial de voo apropriada nos termos dos regulamentos do MOZ-CAR, Parte 21; e
 - (b) que esteja em condições de aeronavegabilidade;

103.02.2 Registo

Não é permitido operar um ultraleve a menos este esteja registado e matriculado de acordo com as provisões constantes do MOZ-CAR, Parte 47.

103.02.3 Manual de voo

Não obstante as provisões do MOZ-CAR, Parte 91, secção 91.03.2, pode-se operar um ultraleve sem transportar o manual actual aprovado.

103.02.4 Requisitos de Manutenção e Inspeção

- (1) O piloto comandante de um ultraleve garantirá que o ultraleve esteja em condições de aeronavegabilidade antes do início de cada voo.
- (2) O proprietário do ultraleve poderá:
 - (a) tomar as acções que julgar pertinentes para garantir a continuidade da aeronavegabilidade do ultraleve referido; e
 - (b) manter o ultraleve de acordo com as provisões das disposições do MOZ-CAR, Parte 43.

SUBPARTE 3- REGRAS DE VOO

103.03.1 Operações Comerciais

Ultraleves não devem carregar passageiros à título de aluguer ou contra uma remuneração.

103.03.2 Operações Perigosas

Não é permitido operar um ultraleve em condições que criem, ou esteja na eminência de criar um perigo para outras pessoas ou propriedade.

103.03.3 Prática para participação em competições e demonstrações aéreas

Um piloto comandante de um ultraleve pode fazer voos baixos com objectivo de praticar para participar em competições de ultraleves e demonstrações aéreas; desde que tais operações estejam autorizados pelo Director-Geral e que sejam realizadas não abaixo de 200 pés acima da terra(solo) e não por cima de quaisquer áreas densamente habitadas de uma cidade, vila ou centro.

103.03.4 Critérios de voo

- (1) Todos os ultraleves devem ser conduzidos:
 - (a) de dia;
 - (b) em condições meteorológicas iguais ou melhores que aquelas julgadas como boas para voos VFR, a menos que o contrário tenha sido aprovado pelo Director-Geral; e
 - (c) no mínimo a 500 pés abaixo de qualquer tecto.

MOZ-CAR PARTE 121

Operações de Transporte Aéreo — Aeronaves Pesadas

SUB-PARTE 1 - GERAL

121.01.1 Definições

Neste regulamento, os termos abaixo têm os seguintes significados:

“**Actos de interferência ilícita**” significa sabotagem, apreensão ilegal de aeronave ou qualquer outro acto praticado por uma pessoa e que ponha em risco outras pessoas, bens ou a aeronave;